

CENÁRIO BRASIL 2021

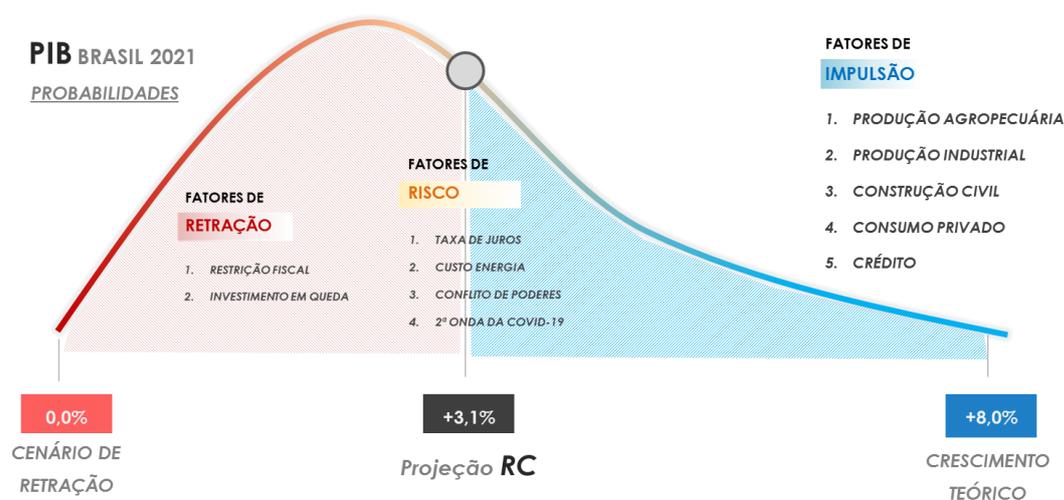
Paulo Rabello / Marcel Caparoz

SINOPSE

A **RC Consultores** estimou, num modelo ponderado de fatores positivos e negativos, o crescimento do PIB Brasil em 2021, em 3,1%. Porém, ao avaliar o comportamento das probabilidades no Cenário, a moda da distribuição do PIB em 2021 ficou na faixa entre 2,5 e 2,7%.

PIB Brasil para 2021

Os fatores cruciais para a economia do Brasil em 2021



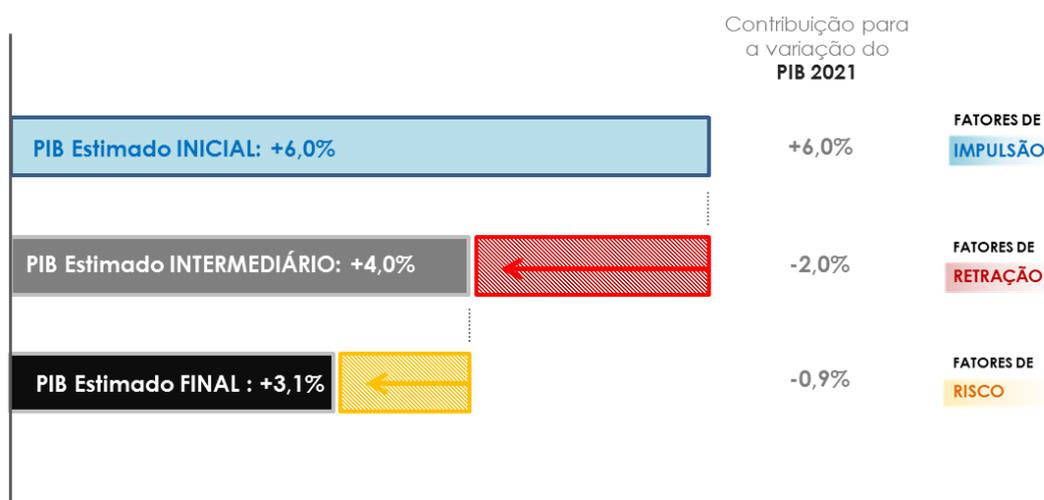
O quadro acima indica a distribuição de tais probabilidades e os fatores positivos (de impulsão) e negativos (de retração), além dos fatores de risco do **CENÁRIO BRASIL 2021**. Será um ano positivo, mas com crescentes desigualdades de comportamento entre setores, regiões e classes de renda. Não é, portanto, um cenário de retomada estrutural e de "surpresas positivas". A política partidária e os conflitos pré-sucessórios a 2022 continuarão pesando muito contra a decolagem brasileira. É o Brasil jogando contra o Brasil!

O retorno à normalidade pré-pandemia levará mais tempo do que previsto ou desejado. Terá o Governo federal a capacidade de entregar uma nova agenda ao País, algo que ainda não demonstrou com clareza

nos dois primeiros anos de gestão? A menos de uma reforma ministerial inspiradora, possibilidade remota em nossa opinião, o governo será o mesmo e os resultados, também os mesmos.

Na sequência, a RC Consultores enumera e discute os principais fatores que poderão contribuir para uma maior ou menor demanda econômica ao longo do próximo ano. As vendas nos diversos setores da economia, especialmente as de mercado interno, dependerão crucialmente do que o governo puder definir e planejar até o fim de dezembro de 2020. O tempo está praticamente esgotado. Depois disso, é jogo jogado.

O quadro abaixo exemplifica como a contribuição dos fatores de impulsão nos levariam a crescer até 6% em 2021. Isso não acontecerá pelo "pedágio" cobrado pelos fatores de retração (que comem 2 pontos percentuais do PIB) e dos fatores de risco, que trarão outros 0.9 ponto percentual em 2021.



PRINCIPAIS DESTAQUES

FATORES DE

IMPULSÃO

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

- *O setor agropecuário como um todo continuará registrando o bom desempenho dos anos recentes, com crescimento da sua produção e do volume de exportação em 2021. A safra de grãos de 2012 pode chegar a 268M ton. segundo a CONAB, registrando novo recorde.*

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

- *Câmbio favorece forte expansão industrial em 2021*
- *A logística e o manicômio tributário são freios para a indústria em 2021*
- *O grande limitador da indústria será o tamanho da demanda interna.*

CONSTRUÇÃO CIVIL

- *Reflexo do recuo das taxas de juros, a construção civil se expandirá de modo relevante, mesmo com elevação da SELIC ao longo de 2021*
- *Lenta retomada do emprego é a limitação para a demanda por imóveis*

CONSUMO PRIVADO

- *Saldo positivo do auxílio emergencial de 2020 vai evaporar em 2021*
- *O auxílio emergencial atingiu 67 milhões de pessoas em 2020 e contribuiu decisivamente para a retomada do consumo de bens não duráveis e de materiais de construção. Isso não se repetirá em 2021*
- *A pressão sobre os preços no atacado já se espalha para os preços ao consumidor e a onda inflacionária chegará forte ao consumidor*
- *Reabertura da economia pós-quarentena melhorará a performance dos setores mais atingidos em 2020, como turismo e entretenimento*

CRÉDITO

- *O crédito bancário só foi maior para quem dele menos precisava*
- *Os bancos nunca pegaram a Covid-19*
- *A saúde financeira do setor bancário, em si, é fator positivo para 2021. Mas isso representou a destruição de milhões de empregos com a morte em massa de PMEs.*

FATORES DE

RETRAÇÃO

RESTRIÇÃO FISCAL

- *Teto de gastos não segurou a gastança federal em 2020*
- *O déficit primário do Brasil chegará perto de R\$ 1 trilhão em 2020, elevando a dívida bruta a algo próximo de 100% do PIB*
- *Os gastos correntes estouraram a pretexto da pandemia, mas são de fato atrelados a grupos de interesse na sociedade e seus privilégios.*
- *O Poder Executivo foi tragado pela onda assistencialista em 2020 e isso cobrará preço altíssimo em 2021.*

INVESTIMENTO PÚBLICO

- *O forte desequilíbrio das contas públicas ocorrido em 2020 exigirá um grande esforço por parte do Governo para o seu reequilíbrio.*
- *A atual restrição à capacidade de investimento público persistirá.*
- *O governo deveria acelerar o processo de privatização de empresas ineficientes do Estado, com destaque para as áreas de transportes e de saneamento básico. Mas esta é ainda uma hipótese improvável.*

FATORES DE

RISCO

TAXA DE JUROS

- *Os juros Selic devem atingir 4% em 2021 (hoje ainda em 2%).*
- *A alta de juros reduzirá o crescimento do consumo em 2021.*

CUSTO DA ENERGIA

- *Aumento forte do custo previsto para 2021*
- *O nível dos reservatórios de água é crítico nas principais regiões*
- *A Aneel já autorizou o retorno da bandeira vermelha em nível 2.*

CONFLITO DE PODERES

- *O embate entre poderes em Brasília impede o avanço das pautas econômicas, essenciais para a retomada da economia.*
- *A perda da confiança nas reformas estruturais, como a tributária e administrativa, dificultam sua aprovação no Congresso Nacional.*
- *É urgente a necessidade de avanço dessas reformas para viabilizar um melhor ambiente de negócios, mas que não deve acontecer em 2021.*

AVANÇO DA 2ª ONDA DA COVID-19

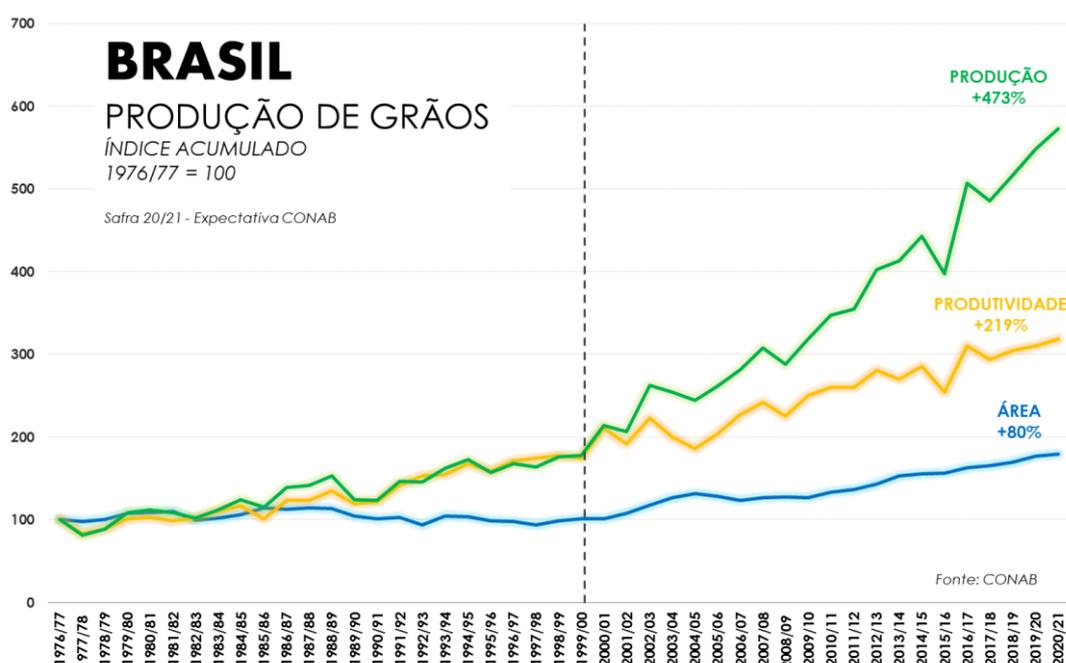
- *A perspectiva da liberação da vacina da Covid-19 ao longo de 2021 evitará medidas mais restritivas na economia.*
- *A retomada econômica nas principais economias do mundo só será completa com a liberação e aplicação universal da vacina da Covid-19.*

ANÁLISE

FATORES DE IMPULSÃO

1. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

O setor agropecuário como um todo continuará registrando o bom desempenho dos anos recentes, com crescimento da sua produção e do volume de exportação em 2021. Tudo depende do clima favorável à safra de verão, cujo plantio atrasou em muitas regiões. Assim mesmo, a CONAB estima um avanço de 4,6% na próxima safra de grãos do País. É ainda a primeira de várias estimativas, mas bastante favorável em termos de expansão da área plantada, fruto do incentivo forte do dólar acima de 5 reais e dos preços favoráveis em todo o espectro de produtos do agronegócio, dos grãos às carnes e às bebidas.



O grande parceiro comercial do Brasil continua sendo a China, cuja demanda por itens relacionados a proteínas vegetais e animais prossegue em franca ascensão. Neste momento é importante preservar o

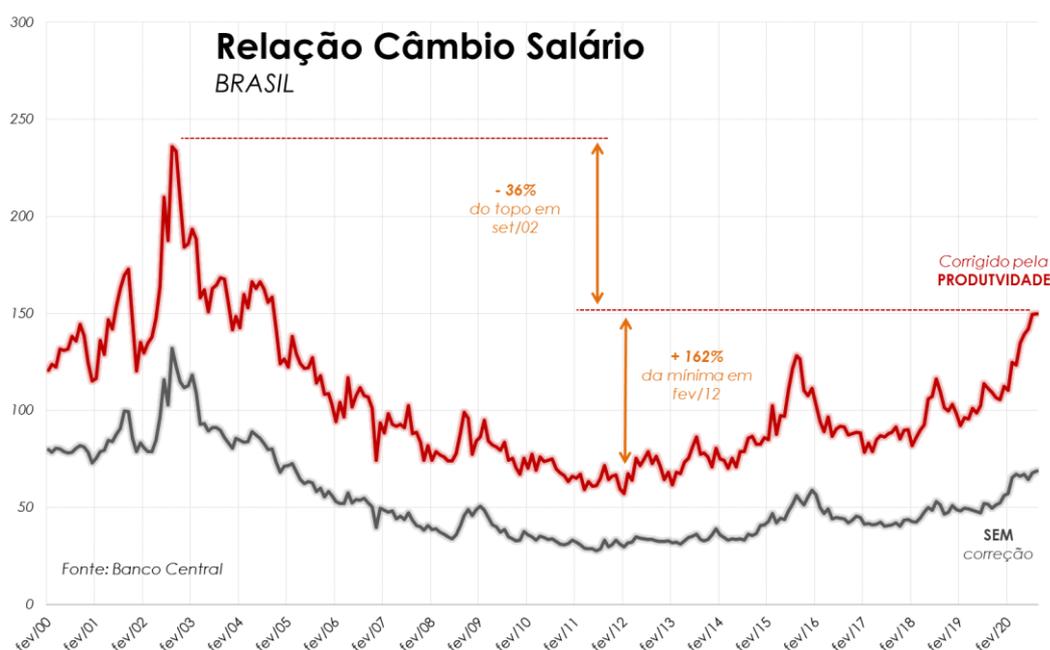
prestígio e a confiança mundial sobre a nossa estrutura de produção agrícola, com maior empenho na implementação de políticas públicas de contenção ao desmatamento ilegal e às queimadas nas regiões amazônica e pantaneira. O governo, mais uma vez, ainda não apresentou plano nessa direção.

Fala-se num novo *boom* de commodities, impulsionado por mais liquidez a ser injetada pelo Plano Biden de recuperação da economia americana. Esse seria mais um forte elemento de sustentação da fase positiva das commodities no País. As principais vantagens que isso traz estão concentradas nos estados produtores, cujas taxas de expansão do PIB têm tudo para descolar da média nacional em 2021. Estimamos, em especial, bons desempenhos nos estados do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão e Piauí, além de regiões agrícolas como o interior de São Paulo e de Minas, o Rio Grande do Sul, Bahia e Espírito Santo. As finanças desses estados tendem a se recuperar mais rapidamente pela expansão da receita de ICMS em 2021.

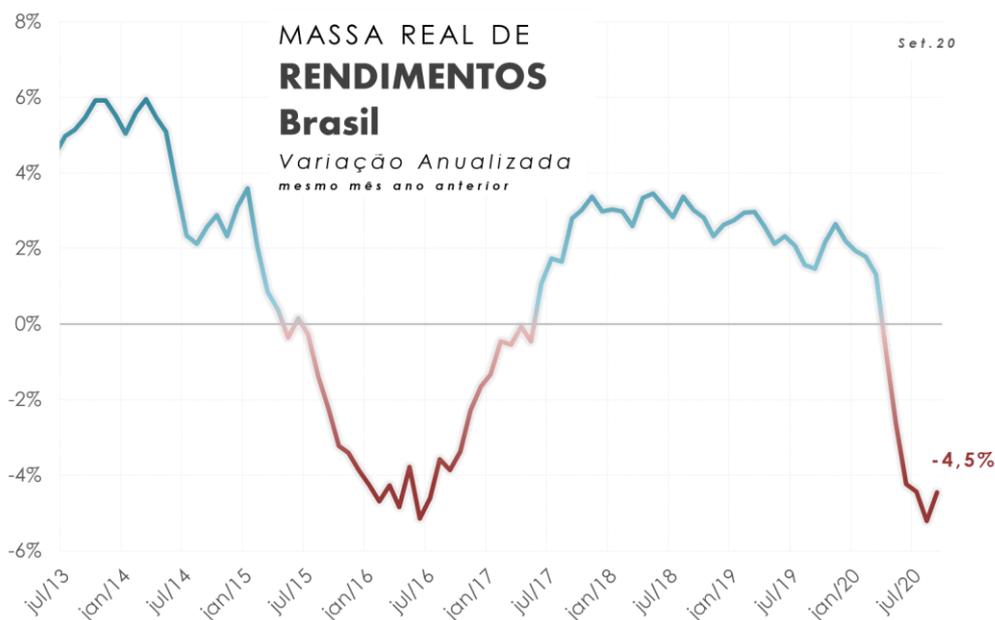
2. PRODUÇÃO INDUSTRIAL

CÂMBIO FAVORECE EXPANSÃO INDUSTRIAL EM 2021

O forte processo de desvalorização do real, com uma perda de valor da ordem de 40%, coloca a indústria brasileira em forte inclinação exportadora. Isso já tem acontecido em 2020, sobretudo nos segmentos de bens intermediários e de máquinas e equipamentos. A logística defeituosa e o manicômio tributário são freios relativos, mas a expansão industrial continuará ocorrendo em 2021, mesmo diante de adversidades e limitações tecnológicas. O leilão da rede 5G trará demanda adicional relevante no segmento de Telecom. A demanda interna, no entanto, será contida amplamente pelo forte repique de custos industriais repassados aos preços.

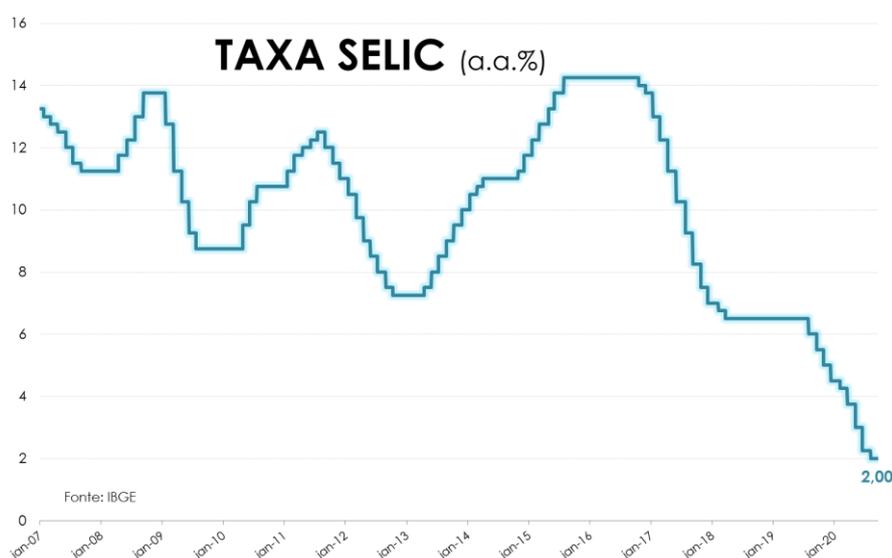


A inflação do IPP (Índice de Preços ao Produtor) se espalhará ao varejo com alto grau de difusão. O consumidor interno sentirá que seu orçamento encurtou no supermercado, nos shoppings e nas casas de materiais de construção. **O poder de compra ficará limitado ao reemprego gradual da força de trabalho, bastante lento.** Portanto, o grande limitador da indústria em 2021 será o tamanho da demanda interna. Nos itens de venda a prestação, em especial automóveis, eletrônicos e eletrodomésticos, pesará também a alta das taxas de juros, prevista para o início de 2021.



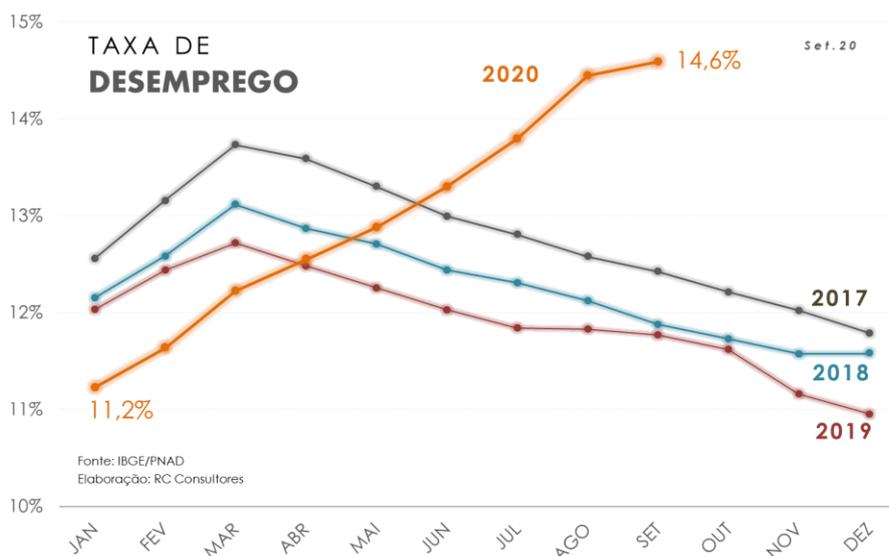
3. CONSTRUÇÃO CIVIL

O setor de construção civil apresenta grande potencial de crescimento nesta década, reflexo do recuo estrutural das taxas de juros da economia brasileira. **A taxa Selic se encontra na sua mínima histórica e aumenta muito a disposição das famílias brasileiras na contratação de financiamentos imobiliários**, que se tornaram muito mais acessíveis com o recuo dos juros efetivos. As vendas no setor e os novos lançamentos seguem em alta em 2020, mesmo num cenário de destruição maciça de postos de trabalho. Contudo, em 2021 haverá uma contenção desse ímpeto da construção por dois movimentos já assinalados como freios à indústria: a alta geral da inflação e a correspondente alta dos juros internos, ainda que ficando em patamar inferior à experiência histórica recente de juros de dois dígitos.



RETOMADA DO EMPREGO LIMITA DEMANDA POR IMÓVEIS

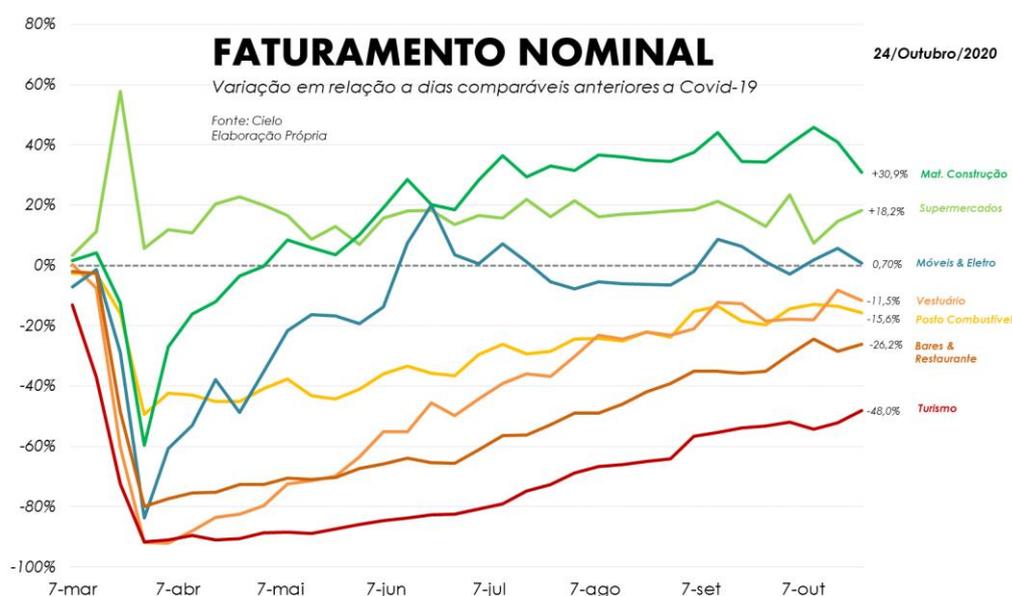
Por outro lado, a fragilidade do mercado de trabalho, cuja taxa de desemprego já atinge 14,6% em set/20, deverá impedir um melhor resultado da construção civil, assim como do consumo em geral, no próximo ano. Até setembro/20, quase 12 milhões de pessoas perderam suas ocupações, incluindo trabalhadores informais. A massa salarial perdida por desligamentos, e acumulada até o final de 2021, será da ordem de R\$376 bilhões. Contudo, o grave impacto do desemprego foi engolido, literalmente, pela enorme expansão fiscal de 2020, amenizando a queda do PIB. Isso não tem chance de se repetir em 2021.



4. CONSUMO PRIVADO

SALDO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NÃO SE SUSTENTA EM 21

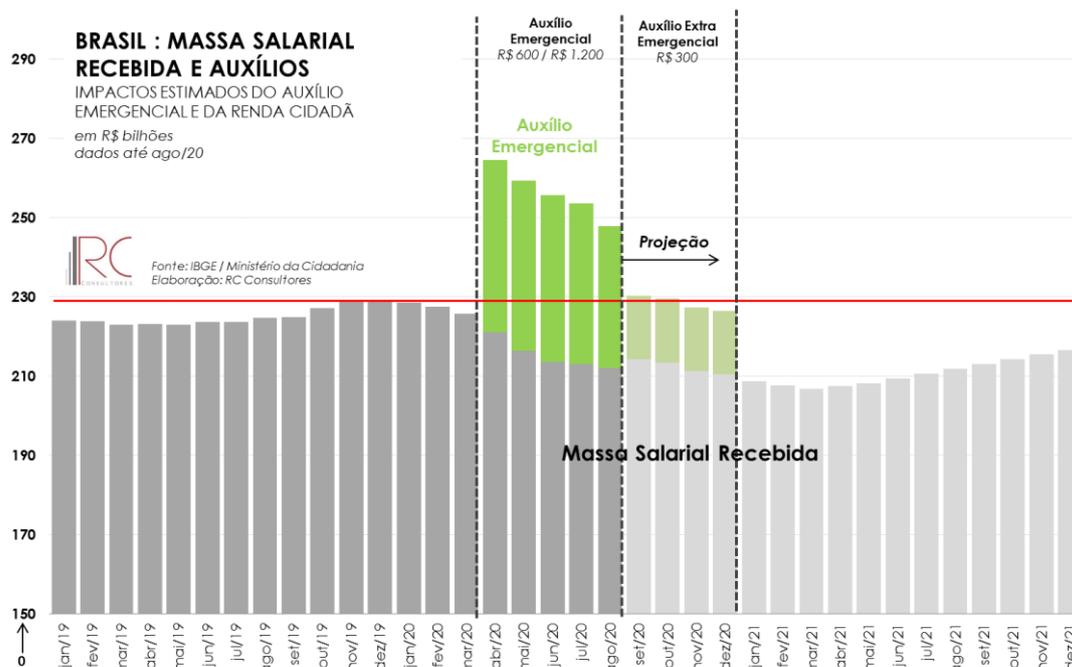
O Auxílio Emergencial oferecido a mais de 67 milhões de pessoas contribuiu decisivamente para a rápida retomada do consumo de bens não duráveis e de materiais de construção em 2021, surpreendendo pela velocidade e intensidade em alguns setores, como de supermercados e outros correlatos. Mas não é sustentável em 2021.



A chuva de dinheiro na economia compensou a sangria das demissões, e chegou a abrir uma janela de novas contratações formais em 2020 ao estimular a demanda em alguns segmentos. Mas o mercado de trabalho informal continua muito fraco. A RC Consultores espera que, até o fim de 2021, cerca de 6 milhões de pessoas consigam se reposicionar, entre vagas formais e informais de emprego. Esse número deve ser comparado aos 12,5 milhões de postos de trabalho perdidos no início da pandemia, desde jan. 2020.

Este ambiente exigiu respostas incisivas e efetivas do governo brasileiro, que vieram pela implementação das duas fases do auxílio emergencial (a 1ª com cinco parcelas de R\$ 600 e a 2ª com quatro de R\$ 300 até dez/20)

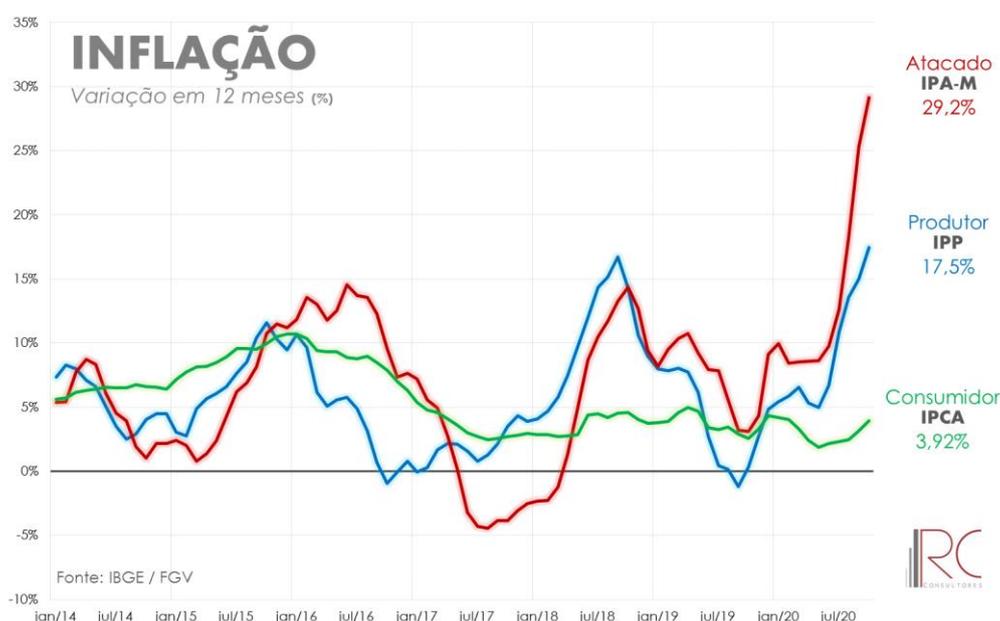
A velocidade e a intensidade do processo de reposição da renda no momento inicial da crise foi maior que o ritmo de perda de renda registrada na economia. A grande quantidade de beneficiários atendidos (67 milhões), somada ao valor aprovado pelo Congresso Nacional (R\$ 600) das parcelas mensais, resultou num ganho líquido de recursos na economia, ou seja, o valor da reposição de renda ultrapassou o tamanho das perdas. Em agosto/20, o **ganho líquido** acumulado era de R\$ 108,7 bilhões. Em outras palavras, o governo errou por excesso e repôs mais renda do que aquela subtraída pelo desemprego em massa. Criou-se, portanto, uma bolha de consumo a partir de junho de 2020, com ápice entre agosto e setembro, que não deverá perdurar além do Natal deste 2020.



O ano de 2021 será de perdas sucessivas de renda e esgotará o principal combustível da passageira recuperação da economia. Tal recuo da disponibilidade de transferências monetárias, somado ao desconforto da inflação ascendente colocará à prova a popularidade do governo e do presidente. As eleições municipais mostraram uma baixa capacidade do presidente em converter seus índices de aprovação em apoios a candidatos. Em 2022, será ainda mais difícil se o jogo não for bem jogado já em 2021.

FORTE AUMENTO DA INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR

A pressão sobre os preços no atacado já se espalha para os preços ao consumidor. A inflação dos itens de alimentação alcança 13,9% em 12 meses. Parte desta pressão é decorrente da oscilação de demanda na pandemia. Outra parte é decorrente de gargalos na logística. Outra ainda, mais importante, é repasse do dólar muito alto e essa parte ainda está longe de ser absorvida nos preços ao consumidor. O quadro abaixo mostra a extensão do impacto ainda por vir.



A intensidade e velocidade das próximas altas no varejo é que delimitarão o potencial do consumo das famílias em 2021. Não haverá reposição salarial. Mas o poder de compra real estará sendo afetado pelas altas inflacionárias. As cadeias produtivas pressentem que têm um carrossel de reajustes pela frente. O impacto nos preços ao consumidor será muito sério em 2021, embora o painel de economistas do FOCUS ainda não tenha se mexido para absorver essa nova realidade negativa. A RC Consultores já fez seu movimento, estimando que o IPCA terá variação de 4,5% em 2021. Mas a mediana dessa estimativa pode ser ainda mais elevada. O consumo privado estará freando a absorção da produção brasileira em 2021.

REABERTURA DA ECONOMIA PÓS-QUARENTENA

Embora grande parte das atividades econômicas já esteja em funcionamento no Brasil, muitas ainda apresentam restrições ao seu pleno desempenho, seja pelo horário limitado de operação, seja pela menor capacidade de atendimento, em função dos protocolos sanitários. Esses entraves também continuarão afetando o consumo das famílias nos próximos meses. Um segundo surto da doença agravaria o quadro atual, que inspira cuidados. Neste momento, a RC trabalha apenas com repiques regionais, mas não com um segundo surto. E trabalhamos também com a disseminação de vacinas em volume razoável até o segundo semestre de 2021.

Este movimento melhorará a performance dos setores mais atingidos pela quarentena, como turismo e entretenimento. De qualquer forma, o forte recuo da massa salarial, consequência do aumento do desemprego, seguirá restringindo o crescimento potencial de 2021.

5. CRÉDITO

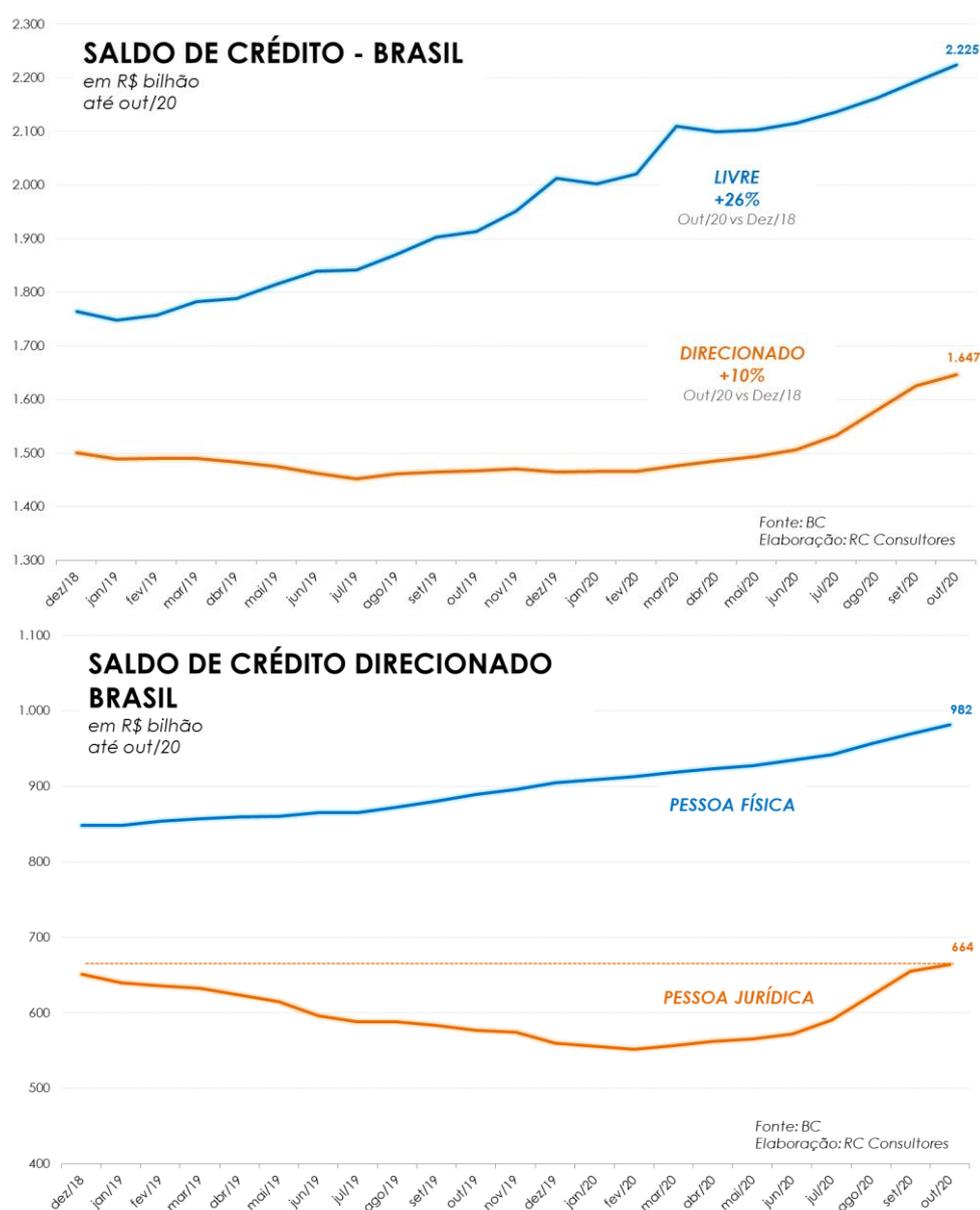
CRÉDITO BANCÁRIO MAIOR PARA QUEM MENOS PRECISA

A redução da taxa de juros Selic no Brasil permitiu a abertura de um novo cenário para o mercado de crédito no País. Seja para investimento ou consumo, para pessoa física ou jurídica, o custo dos financiamentos tem estado em queda no Brasil desde 2018, e isso destravou um grande potencial de crescimento pelo lado das disponibilidades financeiras.

Com o advento da pandemia, o BC liberou cerca de R\$200 bilhões em recolhimentos compulsórios aos bancos e o Congresso Nacional aprovou linhas especiais como o Pronampe, para micro e pequenas empresas em dificuldades. O resultado prático dessas iniciativas é pífio diante do volume liberado. Os recursos pararam nas tesourarias dos principais bancos privados. E os bancos públicos não agiram com velocidade ou ímpeto necessários.

Compare-se com a crise de 2009, quando foram liberados recursos de valor semelhante (cerca de R\$200 bi, em várias tranches, via BNDES e

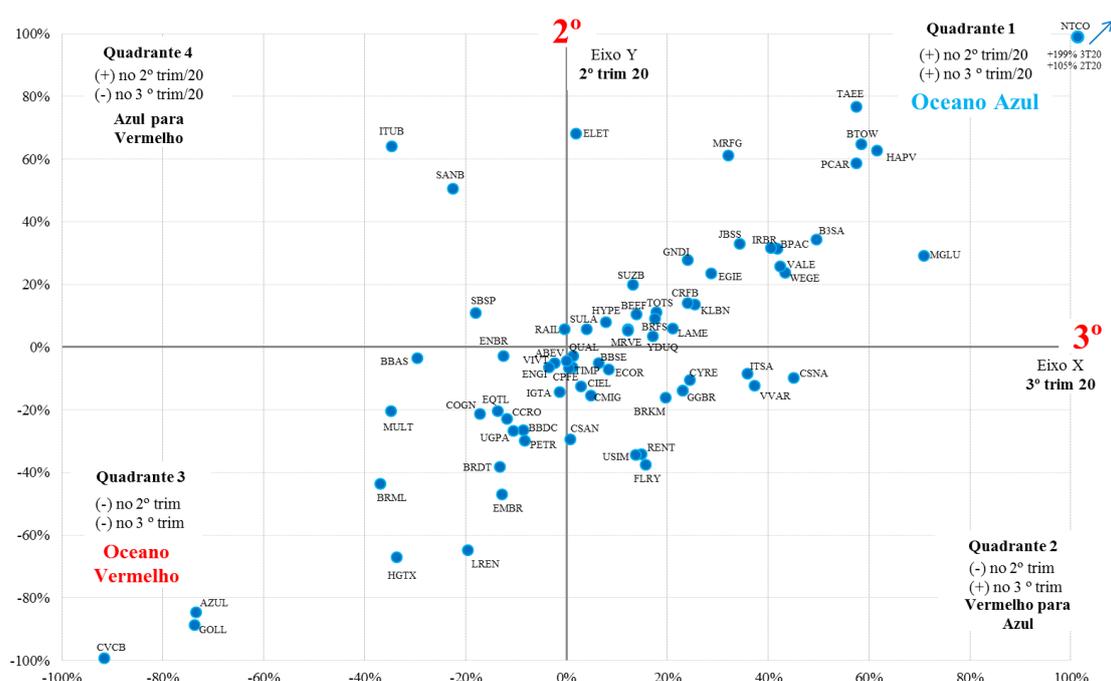
outros bancos públicos) cujo nível de efetividade na sustentação de empregos e negócios foi muito maior do que neste episódio do coronavírus. Os resultados de expansão de crédito até out./20 publicados pelo BC mostram isso: expansão do crédito livre do sistema de bancos privados (o dinheiro foi maciçamente para rolar créditos de quem já era cliente) e subida envergonhada dos recursos direcionados voltados para as empresas, cujo total em termos nominais apenas retornou a valores de 2018, conforme quadro abaixo.



Os bancos passaram pela epidemia como se ela não houvesse acontecido. A taxa de inadimplência bancária até recuou. Mas como? Quase um milhão de micro e pequenas empresas encerraram atividades; nesse mesmo período se registrava recuo da impontualidade de pagamentos aos bancos. A explicação é uma só: a crise nunca entrou no sistema bancário. **As maiores empresas elevaram o nível de suas atividades, medidas por receitas líquidas, em 2020.** Houve segmentos machucados; porém, são minoritários, entre as grandes empresas, frente aos que ganharam na crise, tornando-se até mais líquidos.

2020: A EPIDEMIA NO IBOVESPA

Varição da receita líquida das empresas do Ibovespa nos 2ºtrim20 e 3ºtrim20



A saúde financeira do setor bancário, em si, é fator positivo a ser comemorado. Mas não se pode dizer o mesmo do segmento de empresas não financeiras, sobretudo as PME's, cuja morte em massa determinou a destruição de milhões de empregos, já que estas últimas representam o grosso da geração de postos de trabalho no País.

A constatação da extensa mortalidade de empresas, num ambiente em que o governo gastou desbragadamente recursos fiscais para conter os efeitos da epidemia sobre os negócios, dá uma pista importante sobre

onde e como o governo andou mal em suas políticas compensatórias da crise: exagerou na esbórnica fiscal, fazendo um déficit que migrou direto para insuflar a dívida pública, enquanto se manteve avaro e até relapso na sustentação empresarial às pequenas e médias, geradoras de empregos.

Os recursos adicionais que fossem adiantados às PME's teriam retornado em grande monta aos cofres públicos, mesmo com subsídios embutidos e mesmo com inadimplência em alta. Mas os recursos fiscais com auxílios sem volta têm impacto direto no déficit público e na dívida. A mistura de uma política federal de baixo estímulo financeiro e de uma esbanjada assistência social, sem critérios adequados de controle, mais se pareceu a uma orientação econômica destinada a solapar a soluçante economia de mercado no Brasil.

FATORES DE

RETRAÇÃO

1. RESTRIÇÃO FISCAL

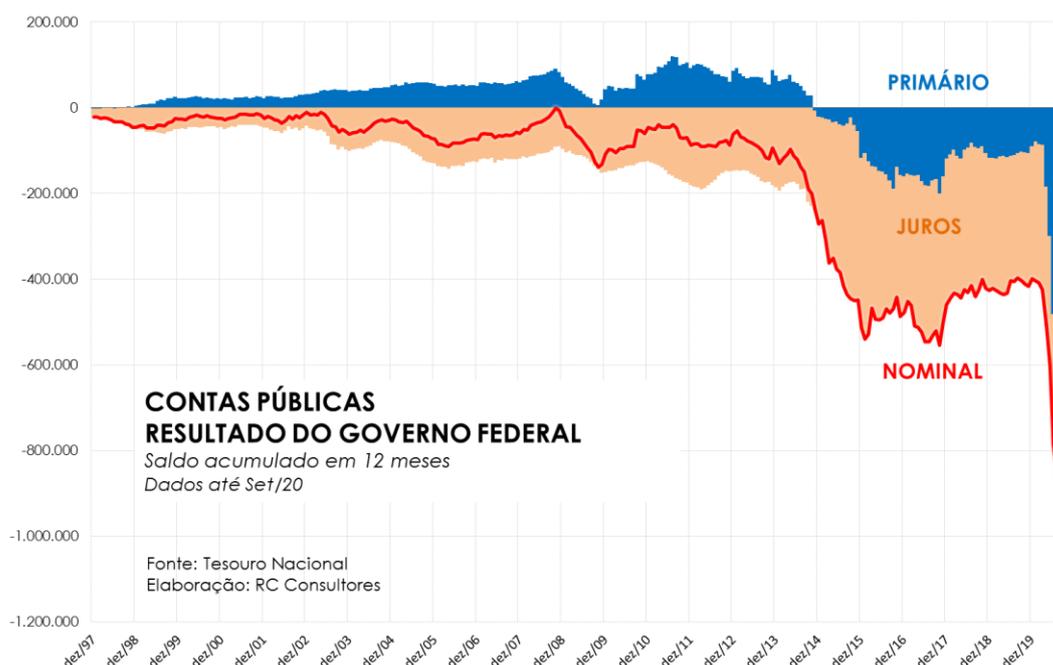
TETO DE GASTOS NÃO SEGURA A GASTANÇA FEDERAL

O controle das contas públicas no Brasil é absolutamente essencial para a manutenção do nível de confiança na economia brasileira. O mercado financeiro já sinalizou esse risco, mas os políticos e parte dos economistas parecem não ter entendido a mensagem.

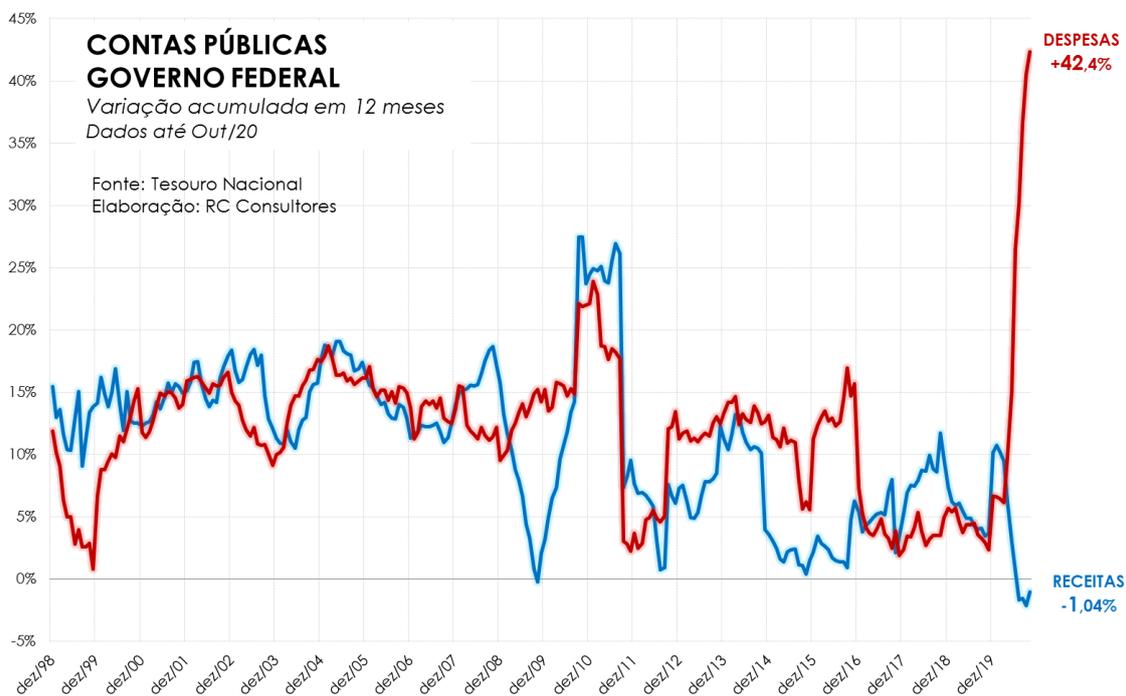
A retomada da confiança na economia brasileira é condição básica para melhorar a estrutura atual de investimentos diretos na economia e de refinanciamento da dívida pública.

O déficit primário do Brasil chegará perto de R\$ 1 trilhão em 2020, elevando a dívida bruta a algo próximo de 100% do PIB. Na raiz desse estouro da dívida pública bruta está o descontrole absoluto dos gastos

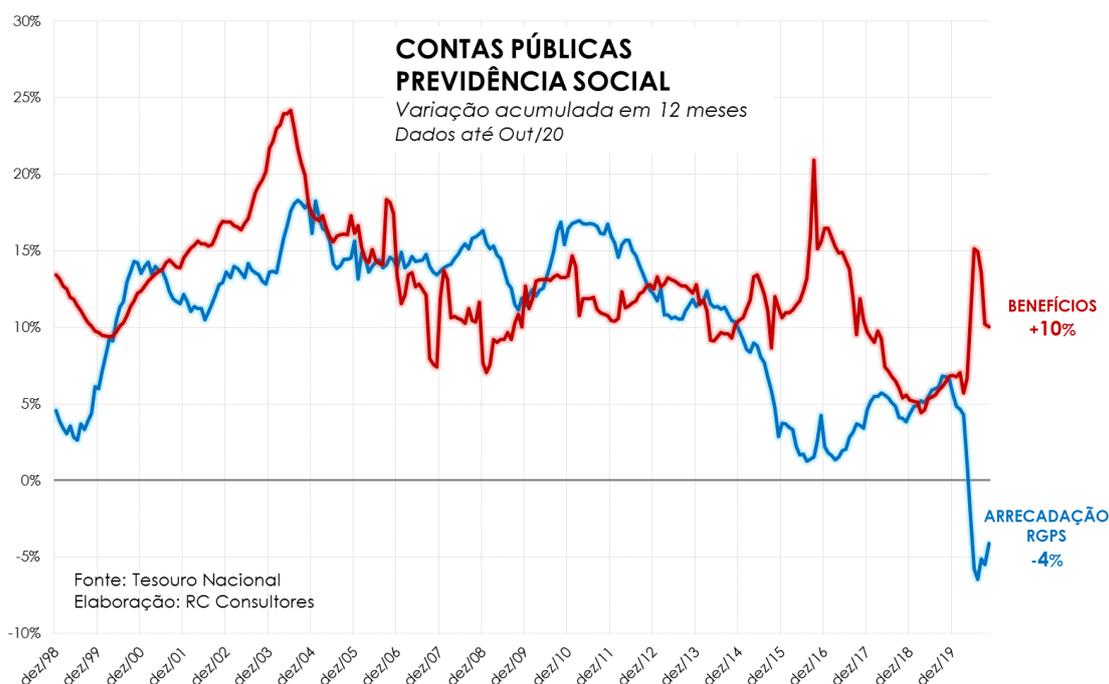
em 2020, com muito pouca conexão direta aos gastos médicos ou sanitários relacionados à pandemia. Os gastos públicos estouraram pretexto da pandemia, mas estão atrelados à extração de recursos públicos por grupos de interesse na sociedade, cada um com uma justificativa para melhor proteger seu pedaço de privilégios.



O quadro da ganstança pública apresentado abaixo fala por si. Enquanto as receitas fiscais mostraram um recuo modesto – bem menos grave do que os mais de 10% de queda esperados ao início da crise – por seu turno, a pancada dos gastos, em expansão superior a 40% até out.20, não encontra qualquer justificativa plausível. O Poder Executivo foi fundo na onda assistencialista, não impôs freios à sociedade, não determinou economias nos segmentos graúdos e gordos, não realizou qualquer corte. O resultado não poderia ser mais dramático: uma explosão de gastos é completamente incompatível com o tamanho e as necessidades da crise. Como já dito, as empresas morriam à mingua enquanto gastos para sustentar a obesa estrutura pública eram ampliados.



A previdência pública também sangrou junto com a destruição de postos de trabalho. A reforma da previdência não chegou a mostrar seus esperados resultados. A migração para fora do sistema do INSS prossegue a todo vapor e consumirá, no devido tempo, toda a suposta margem de economias prevista na reforma da previdência. O governo pôs incentivos para as pessoas saírem do sistema regular do INSS e passarem aos subsistemas ainda favorecidos por amplos subsídios, como Simples, MEI e Funrural. Há e haverá ampliação do déficit previdenciário, apesar da propaganda maciça em torno da reforma.



DESISTÊNCIA DA PROPOSTA DO RENDA CIDADÃ

O Governo Federal desistiu do novo programa de distribuição de renda, intitulado pelo governo como Renda cidadã, que traria uma injeção líquida na economia de aproximadamente R\$ 70 bilhões ao longo de 2021, com início em janeiro do próximo ano. O programa deveria atingir até 24 milhões de pessoas com uma parcela mensal estimada de R\$ 250.

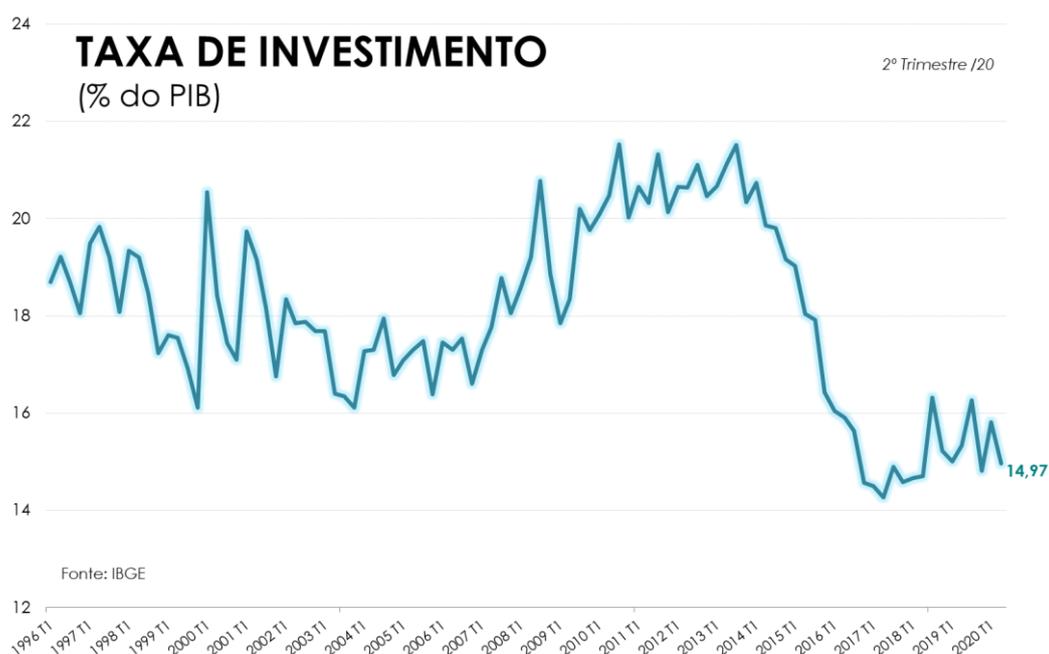
Embora seja menor se comparado ao auxílio emergencial do período da quarentena do Covid-19, o auxílio seria fundamental para a sustentação de parte da demanda em alguns setores da economia, principalmente de itens de alimentação, vestuário e higiene básica.

2. INVESTIMENTO PÚBLICO

O forte desequilíbrio das contas públicas ocorrido em 2020, reflexo dos impactos da quarentena da Covid-19, exigirá um grande esforço por parte do Governo para o seu reequilíbrio nos próximos anos. Não resta outra alternativa a não ser controlar o avanço dos gastos, ao mesmo

tempo que o Governo busca novas fontes de receitas, embora o país já se encontre com uma elevadíssima carga tributária.

Este quadro manterá a atual restrição à capacidade de investimento público, comprometendo, indiretamente, o crescimento de diversos setores.



DESTRAVAR PRIVATIZAÇÕES / CONCESSÕES

Considerando o elevado endividamento público no Brasil, com a dívida bruta se aproximando do patamar de 100% do PIB em 2020 e o desequilíbrio existente nas contas do governo, com déficit primário estimado em R\$ 1 trilhão em 2020, é inevitável a maior participação da iniciativa privada nos investimentos e serviços voltados à população.

O governo deveria acelerar o processo de privatização de empresas ineficientes do Estado, ampliando a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, com destaque para as áreas de transportes e de saneamento básico.

A maior eficiência destes serviços seria fundamental para elevar a competitividade de toda a economia brasileira, gerando empregos nas mais diversas regiões do país, e contribuindo para a geração de tributos

e renda para os trabalhadores. Esta é parte da real solução para a reposição da renda das famílias brasileiras.

VITÓRIA DE BIDEN NOS EUA

O candidato democrata Joe Biden será o novo presidente dos Estados Unidos, assumindo um mandato de quatro anos à frente da Casa Branca. Neste novo cenário é inevitável a alteração de algumas políticas econômicas nos EUA, principalmente em relação aos pacotes de estímulos econômicos no combate à pandemia da Covid-19. Neste sentido, uma mudança na estrutura tributária também poderá estar na mira da nova administração americana.

A relação econômica entre Brasil e Estados Unidos deverá ser mantida, porém é de se esperar maiores pressões sobre as políticas ambientais no Brasil, principalmente em relação às queimadas e ao desmatamento na Amazônia. Não podemos descartar a possibilidade de dificuldades diplomáticas entre os dois países, como, por exemplo, na ambição brasileira de ingressar na OCDE e na aprovação de novos acordos comerciais.

Em compensação, Biden deve expandir algumas fronteiras de gastos em inovação como energia limpa, de origem solar. O Brasil pode ingressar nessa onda e já existem linhas de crédito no BNDES para tal finalidade. Muito dependerá da atitude do governo brasileiro na virada da administração Trump para Biden. Se a animosidade ao novo presidente americano persistir, o Brasil pode enterrar as chances de um comércio mais competitivo com as economias avançadas.

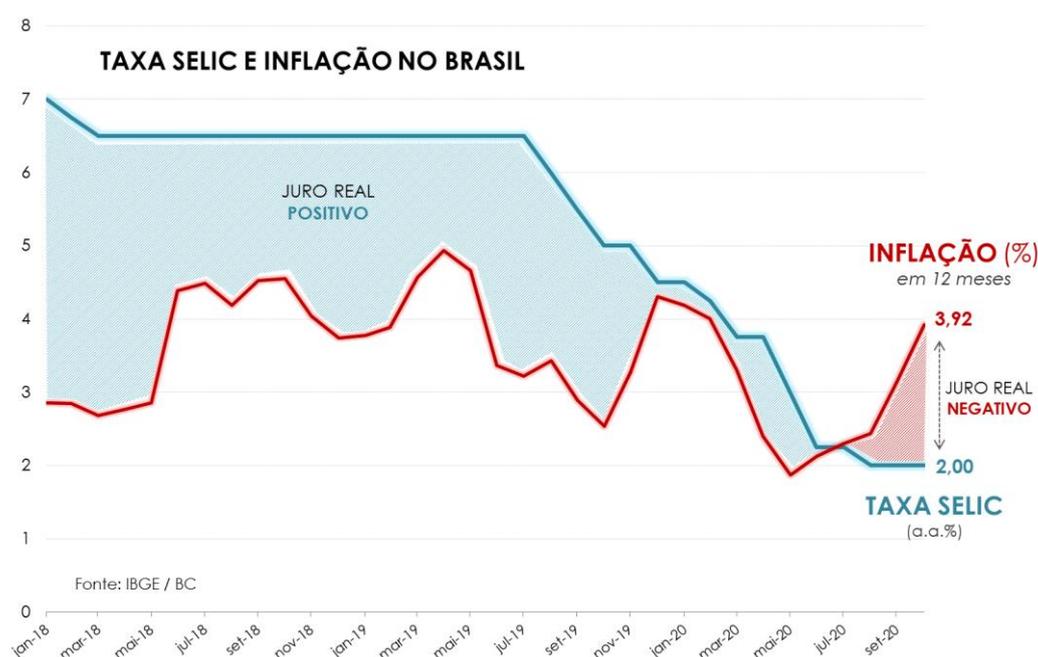
FATORES DE

RISCO

1. TAXA DE JUROS

ELEVAÇÃO DO JURO SELIC

A redução dos juros Selic no Brasil até a sua mínima histórica de 2,0% está com os dias contados. O enorme desequilíbrio das contas públicas, aliado ao elevado endividamento público e à maior pressão inflacionária, coloca em xeque a viabilidade da atual taxa de juros básica no País. O juro real da taxa Selic já é muito negativo neste momento e precisa ser corrigido. O mercado cambial e de dívida pública já sinalizam este desconforto.



De qualquer forma, a elevação do juro Selic ao longo de 2021 deverá elevar a taxa básica para 4,0% a.a., um patamar ainda módico e adequado para o quadro atual da economia brasileira. Este movimento irá frear o recente movimento de queda dos juros voltado aos

consumidores e empresas, reduzindo o potencial de crescimento do consumo e dos investimentos em 2021.

2. CUSTO DA ENERGIA

AUMENTO DO CUSTO PARA A INDÚSTRIA

O nível dos reservatórios de água vem diminuindo nas principais regiões no país, com destaque para o Sudeste e Sul do País. Para compensar a menor geração de energia elétrica através das usinas hidroelétricas, o Governo Federal está autorizando o funcionamento de diversas usinas termoelétricas, abastecidas com óleo diesel ou a gás, encarecendo o processo de geração. Em dez/20 a Aneel já autorizou o retorno da bandeira vermelha em nível 2.

Este maior custo deverá ser repassado ao consumidor final, inclusive para a indústria, pressionando ainda mais os custos de insumos na produção no Brasil, que já vive uma forte pressão em função da desvalorização cambial ocorrida ao longo de 2020 e à descontinuidade operacional de algumas cadeias produtivas no país em função da quarentena da Covid-19.

3 - Variação de Energia Armazenada

| Energia Armazenada | SIN | Sul | SE/CO | Norte | NE |
|---------------------------------------|---------|--------|---------|--------|--------|
| Capacidade Máxima (MWmês) | 290.231 | 19.897 | 203.567 | 15.165 | 51.602 |
| Armazenamento ao final do dia (MWmês) | 74.382 | 3.857 | 39.003 | 4.363 | 27.159 |
| Armazenamento ao final do dia (%) | 25,6% | 19,4% | 19,2% | 28,8% | 52,6% |
| Variação em relação dia anterior (%) | -0,3 | -0,7 | -0,2 | 0,2 | -0,8 |
| Variação acumulada mensal (%) | -4,3 | -4,7 | -4,6 | -1,2 | -3,6 |

Fonte: Aneel

3. CONFLITO DE PODERES

REFORMA MINISTERIAL

O desgaste enfrentado pelo Governo Federal junto ao mercado financeiro e demais setores da economia é patente. A perda da confiança na condução das reformas estruturais, como a tributária e administrativa, dificultam ainda mais o processo de aprovação destas medidas no Congresso Nacional. É urgente a necessidade de avanço dessas reformas para viabilizar um melhor ambiente de negócios e proporcionar crescimento sustentado das atividades econômicas.

Outras áreas do governo também seguem questionadas, com destaque para o meio ambiente, onde há grande pressão internacional, que já prejudica a imagem das exportações do agronegócio brasileiro no exterior, travando inclusive investimentos no país e eventuais aprovações de acordos comerciais.

A substituição de alguns nomes na equipe de Bolsonaro contribuiria para a retomada da confiança e no avanço dessas importantes pautas no Congresso Nacional, viabilizando a retomada econômica do País. Mas falamos em tese. Na prática, não antevemos grandes chances de uma reforma ministerial que seja surpreendentemente positiva.

REFORMA TRIBUTÁRIA / ADMINISTRATIVA

Para um crescimento sustentado da economia brasileira na próxima década, é indispensável elevar rapidamente o nível da eficiência e da produtividade da economia do nosso País. Neste sentido, é imprescindível o desenvolvimento de um ambiente de negócios voltado para o empreendedorismo e o crescimento dos investimentos. Por isso, é tão importante mudar, o quanto antes, nossa estrutura de manicômio tributário e de notável ineficiência na gestão pública.

O resultado destas alterações não será capturado imediatamente, mas contribuirá de maneira fundamental para o estabelecimento das bases para o crescimento econômico com alta produtividade na próxima

década. A menos que o Centrão comande a pauta de mudanças, dificilmente ocorrerá avanço substantivo nas reformas pretendidas.

CONFLITO ENTRE PODERES

O embate constante entre as três esferas de poder em Brasília impede um maior avanço das pautas econômicas, essenciais para a retomada da economia. As reformas tributária e administrativa estão sendo desidratadas, com grande risco de aprovação de um texto insuficiente ou até equivocada para as necessidades do país. Esse atraso custa muito caro ao Brasil, com perda de credibilidade e maior aversão ao risco por parte dos investidores, principalmente os estrangeiros, que cancelam investimentos no país.

De qualquer forma, o mercado financeiro e grande parte dos empresários do país já se adaptaram a esta nova forma de condução política pelo Governo, filtrando do cenário os ruídos sem consequências imediatas para os seus negócios, avançando no planejamento de investimento e de produção conforme as expectativas apenas moderadas de crescimento da demanda nos próximos anos.

4. AVANÇO DA 2ª ONDA DA COVID-19

RISCO DA 2ª ONDA DA COVID-19 NO BRASIL

Após longo período num platô elevado do número de mortes e de novos casos diários no Brasil, a tendência atual é de redução destes indicadores nos Estados brasileiros. Isso não anula o risco de uma nova alta dos contágios, assim como está ocorrendo nos principais países europeus.

A perspectiva da liberação da vacina da Covid-19 ao longo de 2021 evitará medidas mais restritivas na economia, impedindo novos impactos nas atividades do comércio, da indústria e dos serviços no Brasil.

A retomada econômica nas principais economias do mundo só será completa com a liberação e aplicação universal da vacina da Covid-19.

Muitos países e laboratórios privados estão na corrida para a aprovação de uma vacina segura, que deverá estar disponível em 2021. O simples fato da liberação já terá um efeito benigno para a economia, mas a total reabertura só de dará com a ampla vacinação das populações, para além do ano 2021.

De qualquer forma, a liberação da vacina permitirá a maior interação das pessoas, viabilizando a retomada de setores como o turismo, entretenimento e gastronomia, importantes para as economias local e mundial.



02/12/2020

CONTATOS

MARCEL CAPAROZ

marcel@rcconsultores.com.br

TELEFONE

(11) 3053-0003

rcconsultores@rcconsultores.com.br

www.RCConsultores.com.br

A RC Consultores elaborou este informativo com dados disponíveis até 02 / 12 / 2020. Apesar de cuidar da exatidão desses dados, a RC Consultores não se responsabiliza pela total precisão das informações que poderão, eventualmente, estar incompletas e / ou resumidas. A RC Consultores também não se responsabiliza por qualquer operação que venha a ser feita considerando os prognósticos sobre o comportamento dos ativos / indicadores aqui mencionados.